

“Deixem Deus ser Deus”: A Predestinação de Acordo com Martinho Lutero

Timothy George. Teologia dos Reformadores (São Paulo, Vida Nova, 1993), pp. 74-80.

O problema da predestinação é levantado pela especificidade da tradição judeu-cristã: o fato de que Deus revelou-se exclusivamente num povo, Israel, e supremamente num homem, Jesus de Nazaré. Jesus, assim como Paulo, falou dos “eleitos” e dos “poucos escolhidos”. A tensão entre a livre eleição de Deus e a resposta humana genuína está presente já nos documentos do Novo Testamento. Entretanto, Agostinho, em sua luta clássica com Pelágio, foi quem primeiramente desenvolveu uma doutrina madura da predestinação.

Para Pelágio, a salvação era uma recompensa, o resultado das boas obras livremente realizadas pelos seres humanos. A graça não era algo diferente ou além da natureza, nem acima dela; a graça estava presente dentro da própria natureza. Em outras palavras, a graça era simplesmente a capacidade natural, que todos possuem, de fazer a coisa certa, de obedecer aos mandamentos e assim obter a salvação. Agostinho, por outro lado, via um grande abismo entre a natureza, em seu estado caído, e a graça. Profundamente cômico da impotência total de sua própria vontade em escolher corretamente. Agostinho entendia a salvação como a livre e surpreendente dádiva de Deus: “Atribuo à tua graça e misericórdia, porque dissolveste meus pecados como se fossem gelo”. Se, entretanto, a fonte de nossa conversão a Deus reside não em nós mesmos, mas somente no bom prazer de Deus, por que alguns reagem positivamente ao Evangelho, enquanto outros o desprezam? Essa pergunta levou Agostinho à discussão paulina da eleição, exposta em Romanos 9-11. Aqui ele encontra a base para sua própria doutrina “cruel” da predestinação: da massa da humanidade decaída, Deus escolhe alguns para a vida eterna e omite outros que estão, assim, destinados à destruição, e tal decisão é feita independentemente de obras ou méritos humanos.

Durante os mil anos transcorridos entre Agostinho e Lutero, a principal corrente da teologia medieval dedicou-se a dissolver o severo predestinacionismo daquele. É verdade que Pelágio fora condenado no Concílio de Éfeso (431), e o semipelagianismo, a saber, a visão de que ao menos o início da fé, o primeiro voltar-se para Deus, era resultado do livre-arbítrio, foi rejeitado pelo II Concílio de Orange (529). Contudo, a maioria dos teólogos, tentou modificar a doutrina de Agostinho, enfraquecendo a base da predestinação. Alexandre de Hales recorreu ao princípio da equidade divina: “Deus relaciona-se de igual para igual com todos”. Outros afirmavam que a predestinação era subordinada ao conhecimento prévio, ou seja, Deus elege aqueles que sabe com antecedência que receberão méritos de seu próprio livre-arbítrio. Nenhuma dessas teorias da salvação era “puramente” pelagiana, porque todas requeriam a assistência da graça divina. Ainda assim, o fator crucial continuava sendo a decisão humana de responder positivamente a Deus, em lugar da livre e desacorrentada decisão de Deus de escolher quem desejasse.

Vimos como a doutrina da justificação sustentada por Lutero rompeu decisivamente com o modelo agostiniano de distribuição progressiva da graça. Somos justificados não porque Deus nos está tornando gradualmente justos, mas porque fomos declarados justos com base no sacrifício expiatório de Cristo. Contudo, a partir do princípio anterior da *sola gratia*, Lutero – e Zuínglio e Calvino depois dele – permanece firme com Agostinho contra os “pelagianos” posteriores que exaltam o livre-arbítrio humano à custa da livre graça de Deus. Nesse aspecto, a linha principal da Reforma Protestante pode ser vista como uma “aguda agostinianização do cristianismo”. Alguns historiadores consideram a doutrina da predestinação de Lutero uma aberração de seus temas principais ou, na melhor das hipóteses, “um pensamento meramente auxiliar”. Mas Lutero via o assunto de maneira diferente. Respondendo ao ataque de Erasmo a essa doutrina, Lutero elogiou o humanista por não aborrecê-lo com questões insignifi-

cantes como o papado, o purgatório ou as indulgências. “Apenas você”, ele disse, “atacou a questão verdadeira, isso é, a questão inicial [...] Apenas você percebeu o eixo ao redor do qual tudo gira, e apontou para o alvo vital.”

Uma das queixas de Lutero contra os “teólogos-porcos” era a tese deles de que a vontade humana, em sua própria volição, poderia realmente amar a Deus todas as coisas, ou que, ao fazer seu melhor, mesmo à parte da graça, alguém poderia obter certa permanência perante Deus. A essa avaliação otimista do potencial humano, Lutero opôs um duro contraste entre natureza e graça. “A *graça* coloca a Deus no lugar no lugar de tudo o mais que ela vê, e o prefere a si mesma, mas a *natureza* coloca a si mesma no lugar de tudo, e mesmo no lugar de Deus, e busca apenas o que lhe é próprio e não o que é de Deus”. Como “natureza” Lutero não queria dizer simplesmente o reino criado, mas sim o reino criado decaído e particularmente, a vontade humana decaída, que esta “curvada sobre si mesma” (*incurvatus in se*), “escravizada” e manchada com o mal em todas as suas ações. Na Disputa de Heidelberg, em 1518, Lutero defendeu a tese: “Depois da queda, o livre-arbítrio existe apenas nominalmente, e, enquanto, alguém ‘faz o que está em si’, está cometendo um pecado mortal”. Inclui-se essa formulação na bula *Exsurge Domine*, pela qual o Papa Leão X excomungou Lutero, em 1520.

Então, será que Lutero era um determinista absoluto? Erasmo e alguns estudiosos pensavam assim. Lutero, de fato, aproximou-se perigosamente de linguagem necessitariana. Todavia, ele nunca negou que o livre-arbítrio mantém seu poder em assuntos que não se relacionam com a salvação. Assim, Lutero disse a Erasmo: “Sem dúvida você está certo em conferir ao homem algum tipo de livre-arbítrio, mas imputar-lhe um arbítrio que seja livre nas coisas de Deus é demais”. Lutero admitiu abertamente que mesmo uma vontade escravizada “não é um nada”, que, com respeito àquelas coisas “inferiores” a ela, a vontade mantém seu poder total. É apenas com respeito àquilo que é “superior” a ela que a vontade é mantida presa em seus pecados e não pode escolher o bem de acordo com Deus. Aqui, encontramos um paralelo ao desprezo de Lutero para com a razão. Em sua esfera legítima, a razão é o mais elevado dom de Deus, mas no momento em que excede para a teologia, torna-se a “prostituta do diabo”. O mesmo se dá com o livre-arbítrio. Entendido como a capacidade vinda de Deus para tomar decisões ordinárias, para cumprir as responsabilidades no mundo, o livre-arbítrio permanece intacto. O que ele *não pode* fazer é realizar a própria salvação. Nesse sentido, o livre-arbítrio está totalmente corrompido pelo pecado e cativo a Satanás.

Lutero descreveu a natureza dessa escravidão sob o aspecto de uma luta entre Deus e Satanás.

Assim, a vontade é como um animal entre dois cavaleiros. Se Deus o monta, ele quer ir e vai aonde Deus quer. [...] Se Satanás o monta, ele quer ir e vai aonde Satanás quer; ele não pode escolher correr para um deles ou seguir a um deles, mas os próprios cavaleiros brigam pela posse e controle dele.

Mesmo tendo alguns estudiosos encontrado traços de um dualismo maniqueísta nessa metáfora, Lutero estava meramente desenvolvendo uma imagem já apresentada por Jesus: “...todo o que comete pecado é escravo do pecado” e “Vós sois do diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe aos desejos...” (Jo 8.34,44). Há outro ponto que Lutero desenvolveu com respeito à vontade escravizada. Embora nosso destino eterno, em certo sentido, seja determinado por Deus, não somos com isso compelidos a pecar. Pecamos espontânea e voluntariamente. Continuamos querendo e desejando fazer o mal, a despeito do fato de que em nossas próprias forças não podemos fazer nada para alterar essa condição. Essa é tragédia da existência humana se a graça: estamos tão curvados sobre nós mesmos que, pensando estar livres, entregamo-nos exatamente àquelas coisas que apenas aumentam nossa escravidão.

O propósito da graça é libertar-nos da ilusão da liberdade, que é na verdade escravidão, e guiar-nos para a “gloriosa liberdade dos filhos de Deus”. Só quando a vontade recebeu a graça, ou, para usar sua outra metáfora, só quando Satanás é vencido por um cavaleiro mais forte, “é que o poder da decisão torna-se realmente livre, em todos os aspectos concernentes à salvação”. A verdadeira intenção por trás do reforço de Lutero à vontade escravizada mostra-se óbvia agora. Deus deseja que possamos ser verdadeiramente livres em nosso amor para com ele; contudo, isso não é possível até que sejamos *libertos* de nosso cativo a Satanás e ao ego. O eco de resposta à *escravidão da vontade é a liberdade do cristão*.

Visto que, fora da graça, o homem não possui nem uma razão sã, nem uma vontade boa, “a única preparação infalível para a graça [...] é a eleição eterna e a predestinação de Deus”. Lutero não se esquivou de uma doutrina de predestinação absoluta e dupla, ainda que admitisse que “isso é um vinho muito forte e comida substancial para os fortes”. Ele até restringiu o alcance da expiação aos eleitos: “Cristo não morreu por todos absolutamente”. Contra a objeção de que tal visão transformava Deus num ogro arbitrário, Lutero respondeu – como Paulo – “Deus assim o quer, e porque ele o quer, isso não é perverso”. A “prudência da carne” diz que “é cruel e miserável Deus buscar sua glória em minha maldade. Ouça a voz da carne! ‘Meu, minha’, diz ela! Lance fora esse ‘meu’ e diga, em lugar disso ‘Glória a ti, Senhor’, e você será salvo”. A postura da razão é sempre de egocentrismo. Deus é apenas tão “injusto”, falando estritamente, ao justificar os ímpios à parte de seus méritos, quanto o é ao rejeitar outros à parte de seus deméritos. Ainda assim, ninguém reclama da primeira “injustiça”, porque o interesse pessoal está em jogo! Em ambos os casos, Deus é injusto pelos padrões humanos, mas justo e verdadeiro pelos seus. Lutero recusou-se a submeter Deus ao tribunal da justiça humana como se a “Majestade, que é o criador de todas as coisas, tivesse de curvar-se a uma das escórias de sua criação”. “Deixem Deus ser bom”, clamava Erasmo, o moralista. “Deixem Deus ser Deus”, replicava Lutero, o teólogo.

Embora Lutero nunca tenha suavizado sua doutrina da predestinação (como fizeram posteriormente os luteranos), ele de fato tentou estabelecer o mistério no contexto da eternidade. Lutero nunca admitiu que os inescrutáveis julgamentos de Deus eram realmente injustos, mas sim que somos incapazes de apreender o quanto são justos. Há, segundo ele, três luzes – a luz da natureza, a luz da graça e a luz da glória. Pela luz da graça, tornamo-nos capazes de entender muitos problemas que pareciam insolúveis pela luz da natureza. Mesmo assim, na luz da glória, os retos julgamentos de Deus – incompreensíveis para nós agora, mesmo pela luz da graça – serão abertamente manifestos. Lutero, então, apelava para a reivindicação escatológica da decisão de Deus na eleição. A resposta ao enigma da predestinação encontra-se no caráter oculto de Deus, por trás e além de sua revelação. No final, quando tivermos prosseguido através das “luzes” da natureza e da graça para a luz da glória, o “Deus escondido” se mostrará um só como o Deus que está revelado em Jesus Cristo e proclamado no Evangelho. Nesse ínterim, Lutero admitiu, podemos apenas *acreditar* nisso. A predestinação, como a justificação, é também *sola fide*.

Ninguém conhecia melhor do que Lutero a angústia que o duvidar da própria eleição podia provocar numa alma vacilante. Como um pastor poderia responder a alguém que estivesse atormentado por esse problema? Lutero deu duas respostas a essa questão, uma para o cristão forte, a outra para o mais fraco ou para o novo convertido. A mais alta posição entre os eleitos pertence àqueles que “se conformam com o inferno se Deus o deseja”. A resignação com o inferno era tema popular na tradição mística e significava passividade absoluta, um total deixar-se perder (*Gelassenheit*) ante o abismo do ser de Deus. Lutero dizia que Deus dispensava esse dom aos eleitos de maneira breve e escassa, quase sempre na hora da morte.

Mais, comumente Lutero era chamado a aconselhar cristãos comuns que estavam atormentados pela questão da eleição. O conselho básico de Lutero era: “Agradeça a Deus por seus tormentos!”. É característico dos eleitos, não dos réprobos, tremer em face dos desígnios ocultos de Deus. Além disso, ele instava por uma completa refutação do diabo e uma contemplação de Cristo. Foi típica sua resposta a Bárbara Lisskirchen, que estava aflita sentindo não se encontrar entre os eleitos:

Quando tais pensamentos a assaltam, você deve aprender a perguntar a si mesma: “Por favor, em que mandamento está escrito que eu deva pensar sobre esse assunto e lidar com ele?”. Quando parecer que não há tal mandamento, aprenda a dizer: “Saia daqui, maldito diabo! Você está tentando fazer com que eu me preocupe comigo mesma. Meu Deus declara em todos os lugares que eu devo deixá-lo tomar conta de mim [...]”. A mais sublime de todas as ordens de Deus é esta, que mantenhamos diante de nossos olhos a imagem de seu Filho querido, nosso Senhor Jesus Cristo. Todos os dias ele deve ser nosso excelente espelho, no qual contemplamos o quanto Deus nos ama e quão bem, em sua infinita bondade, ele cuidou de nós ao dar seu Filho amado por nós. Desse modo, eu digo, e de nenhum outro, um homem aprende a lidar adequadamente com a questão da predestinação. Será evidente que você crê em Cristo. Se você crê, então será chamada. E, se é chamada, então muito certamente está predestinada. Não deix que esse espelho e trono de graça seja quebrado diante de seus olhos [...] Contemple o Cristo dado por nós. Então, se Deus desejar, você se sentirá melhor”.

A doutrina da predestinação defendida por Lutero não era motivada por interesses especulativos ou metafísicos. Era uma janela para a vontade graciosa de Deus, que se ligou livremente à humanidade em Jesus Cristo. A predestinação, como a natureza do próprio Deus, só pode ser atingida mediante a cruz, mediante as “feridas de Jesus”, às quais Staupitz havia dirigido o jovem Lutero em suas primeiras batalhas.